



ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

ESTATUTO SOCIAL DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA AVALIADORES
FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO – ASSOJAF-SP
CNPJ Nº 55.490.098/0001-02

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo / SP
Microfilme N. 171.806

Capítulo I – Denominação, Sede e Finalidade

Art. 1º Da denominação e do fim social

A Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Estado de São Paulo – ASSOJAF-SP é entidade civil de direito privado, destinada à representação exclusivamente profissional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais ativos e inativos, bem como de seus pensionistas, no âmbito do Estado de São Paulo, sem cunho Político – Partidário, laica e sem fins econômicos.

§ único – Não há, entre os Associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 2º - Do prazo

A ASSOJAF-SP tem prazo de duração indeterminado.

Art. 3º - Da Sede

A ASSOJAF-SP tem sede e foro na capital do Estado de São Paulo, na Rua Barão de Itapetininga, 255 - 5º andar, conjunto 503, Centro, município de São Paulo.

Art. 4º - São finalidades da Associação

I – Integrar todos os Oficiais de Justiça Avaliadores Federais que exerçam suas funções no Estado de São Paulo, sem distinção de classe social, etnia, nacionalidade, origem, sexo, raça, cor, opção sexual, crença religiosa e filosófica;

II – Lutar por melhores condições de trabalho e sociais;

III – Promover o aprimoramento jurídico, técnico e profissional dos seus Associados, quer proporcionado pelo poder público, quer diretamente ou mediante convênio.

IV – Representar judicial e extrajudicialmente seus Associados na defesa dos seus direitos e interesses profissionais, sendo a primeira realizada através de profissional contratado.

V – Divulgar suas atividades;

VI – Estimular e promover o intercâmbio com entidades congêneres;

VII – Promover a representação dos seus Associados nos congressos, conferências, seminários e encontros de interesse da categoria;

VIII – Promover atividades culturais, desportivos e de lazer;

IX – manter convênios, objetivando proporcionar aos Associados e dependentes quaisquer benefícios.

X – Lutar, efetivamente, em todos os foros, congressos e instâncias, pela recuperação



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

da denominação do cargo de Oficial de Justiça Federal, para todos os seus associados.

Capítulo II – Dos Associados

Art. 5º - Os Associados são distribuídos em três categorias:

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo / SP
Microfilme N. **171.806**

- I- Efeitos:
- II- Beneméritos;
- III- Honorários.

§ 1º - Efetivos são os Associados, servidores do Judiciário Federal, em exercício ou em disponibilidade, aposentados ou pensionistas, detentores do cargo efetivo de analista judiciário, cujas atribuições estejam relacionadas com a execução de mandados e atos processuais de natureza externa, na forma estabelecida pela legislação processual civil, penal, trabalhista, e demais leis especiais, sendo conferida a denominação de Oficial de Justiça Avaliador para fins de identificação funcional.

§ 2º - Beneméritos – São as pessoas que tenham prestado relevantes serviços à categoria ou à ASSOJAF – SP e cujo nome tenha sido proposto pela Diretoria Executiva e aprovado em Assembleia Geral.

§ 3º - Honorários – São as pessoas que tenham se destacados em suas atividades no campo jurídico ou na vida pública e cujo nome tenha sido proposto pela Diretoria Executiva e aprovado em Assembleia Geral.

Art. 6º - Os Associados efetivos pagarão mensalidades no valor correspondente a 0,7%(sete décimos por cento) sobre o vencimento (salário base), descontada em folha, destinada ao custeio das atividades da Associação, que será creditado em sua conta corrente.

§ Único – Por proposta da Diretoria Executiva à Assembleia Geral, o percentual de que trata o caput, poderá ser revisto a qualquer tempo, nos moldes do § 2º do art. 16.

Art. 7º - Para ser admitido como Associado, o interessado deverá observar e preencher os seguintes requisitos:

- I – Concordar com o presente Estatuto;
- II – Preencher proposta de filiação e cadastro;
- III – Possuir reputação ilibada.

Capítulo III – Dos Direitos, deveres e penalidade

Seção I – Dos Direitos

Art. 8º São direitos dos Associados:

- I – Participar das Assembleias Gerais, apresentar propostas, votar e ser votado para membro da Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, desde que esteja quite com sua



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

mensalidade e não esteja cumprindo suspensão decorrente de decisão irrecorrível de processo interno.

II – Frequentar a sede e participar dos eventos;

II – Requerer por escrito, à Diretoria Executiva, Fundamentadamente, a convocação de reunião extraordinária desse colegiado, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto;

IV – Solicitar, por escrito, à diretoria e ao Conselho Fiscal, informações e esclarecimentos relacionados com a administração da ASSOJAF-SP, assim como propor a ambos os órgãos, medidas de utilidade para a realização dos serviços da entidade;

V – Ser desagravado pela ASSOJAF-SP através da Diretoria Executiva, funcional e profissionalmente, quando lesado em suas prerrogativas e atribuições do cargo, após aprovação em assembleia;

VI – Participar de comissões ou grupos de trabalho, criados pela Diretoria Executiva, para a realização de tarefas específicas, relacionadas às atividades da ASSOJAF-SP;

VII – Ser assistido administrativa e judicialmente, nos termos do art. 43 das disposições transitórias;

VIII – Recorrer à Assembleia Geral contra ato da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal.

IX – Desfiliar-se mediante requerimento escrito dirigido a um dos Coordenadores Gerais.

3

Seção II – Dos Deveres

Art. 9º - São deveres dos Associados:

I – Cumprir o Estatuto e acatar as deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, quando não houver recurso ou, em havendo, não tenha sido provido;

II – Pagar com pontualidade suas contribuições mensais;

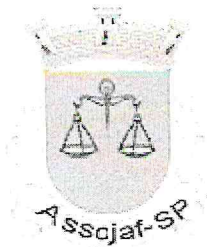
III – Aceitar e desempenhar cargo ou atribuição para o qual foi efetivo ou designado, salvo motivo de força maior comprovado;

VI – Indicar com exatidão e manter atualizados os seus dados pessoais e dos seus dependentes, na ficha de inscrição cadastral;

V – Portar-se com dignidade e decoro, nas dependências da ASSOJAF-SP, assim como nas assembleias, reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e quaisquer outros eventos da entidade, mesmo fora das dependências;

VI – Prestigiar a ASSOJAF –SP, com os meios ao seu alcance e difundir o espírito associativo e solidário;

VII – Tratar com urbanidade os membros da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Associados e Funcionários da ASSOJAF-SP;



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

VIII – Comparecer às Assembleias Gerais e demais eventos para os quais for convocado;

IX – Denunciar à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, qualquer irregularidade de que tenha conhecimento, no âmbito da ASSOJAF-SP.

Seção III – Do Processo e das Penalidades

Art. 10 - O Associado estará sujeito às penalidades especificadas neste artigo, em caso de infração ao presente Estatuto, e demais disposições regimentais:

I – Advertência por escrito;

II – Suspensão;

III – Exclusão do quadro social.

§ 1º - No início de cada mandato, a Diretoria Executiva convocará uma Assembleia Geral, para a eleição de uma Comissão Processante Permanente, composta de 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes, com a incumbência de instaurar e instruir processos, receber recursos e elaborar relatórios para apreciação pela Assembleia Geral.

§ 2º Essa Comissão Processante Permanente, logo após ser eleita, reunirá os membros efetivos e elegerá o seu Presidente e o Secretário, entre os membros efetivos.

§ 3º - Das penalidades, caberá recurso em 5 (cinco) dias, sempre com efeito suspensivo, à Comissão Processante Permanente, obedecidos os seguintes critérios:

I – O processado poderá defender-se ou escolher um Associado ou um advogado para patrocinar sua defesa;

II – Instaurado o processo, o acusado será notificado, por via postal e com aviso de recebimento, ou por outro meio idôneo, da denúncia e da audiência, que será designada para data não inferior a dez dias da notificação, em que poderá apresentar sua defesa, escrita ou oral. Se oral, terá trinta minutos para deduzi-la. Em seguida, serão apresentadas as provas documentais e ouvidas as testemunhas de acusação e defesa. A seguir, será aberto prazo de 10 minutos para as razões finais das partes, iniciando-se pela acusação, ato contínuo, a Comissão Processante Permanente deliberará e elaborará relatório conclusivo que será levado à apreciação da Diretoria e, se for o caso, Assembleia Geral.

§ 4º - As penalidades de advertência e de suspensão, assegurada a ampla defesa, serão aplicadas pelo presidente, após deliberação da maioria simples da Diretoria Executiva e anotada no prontuário do apenado, após esgotados todos os recursos, no âmbito da ASSOJAF-SP;

§ 5º - A penalidade de suspensão, não excederá o período de 30 (trinta) dias, observada a gradação de cinco, quinze ou trinta dias, em consonância com a gravidade da infração.

4



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

§ 6º - A penalidade de exclusão, sugerida em relatório da Comissão Processante Permanente, será levada à Assembleia Geral para deliberação, convocada pela Diretoria Executiva, nos termos do artigo 18, VII e X.

Art. 11 - São causas de exclusão do quadro social:

- I – Atentar contra o patrimônio material ou moral da ASSOJAF-SP;
- II – Representação da Associação sem estar devidamente credenciado pela Diretoria ou pela Assembleia Geral;
- III – Atentar gravemente contra o decoro da classe;
- IV – A perda do cargo público, salvo por motivo de aposentadoria;

Capítulo IV – Do Patrimônio da Associação

Art. 12 - O patrimônio da ASSOJAF-SP constitui-se de bens imobiliários, mobiliários, corpóreos ou incorpóreos, reservas, contribuições, donativos, subvenções, legados e verbas especiais.

§ 1º - A Diretoria Executiva deverá proceder ao cadastramento, registro e inventário de todos os bens da ASSOJAF-SP, lançando-o em livro próprio.

§ 2º - O patrimônio da ASSOJAF-SP será de uso privativo dos Associados e intransferível a terceiros, salvo nas condições deste Estatuto.

§ 3º - A aquisição, alienação, doação ou transferência de bens imóveis da ASSOJAF-SP será deliberada em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim, e nos termos deste Estatuto;

Capítulo V – Da Receita

Art. 13 – A receita da ASSOJAF-SP é composta:

- I – Das contribuições mensais dos Associados;
- II – Dos donativos, rendas, auxílios e subvenções de qualquer espécie;
- III – Das aplicações feitas pela Diretoria Executiva em instituições financeiras devidamente credenciadas.

Capítulo VI – Da Administração da ASSOJAF-SP

Art. 14 – São Órgãos da Associação:

- I – A Assembleia Geral;
- II – A Diretoria Executiva
- III – O Conselho Fiscal;

Seção I – Das Assembleias

Art. 15 – A Assembleia Geral, órgão máximo da ASSOJAF-SP, é constituída por todos os



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Associados efetivos quites.

§ 1º - A Assembleia Geral se reunirá:

I – Ordinariamente, convocada pela Diretoria Executiva, no primeiro trimestre do ano, para a apreciação do relatório do Conselho Fiscal e deliberação sobre as contas da Diretoria Executiva nele contidas, referentes ao exercício anterior;

II – Extraordinariamente, convocada pela Diretoria Executiva, a cada 3 (três) anos, para eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como para tratar de assuntos previstos no parágrafo 3º deste artigo.

§ 2º - A Assembleia Geral será convocada em caráter ordinário:

I – Pela Diretoria Executiva, nos termos do inciso I do parágrafo anterior;

II – por, pelo menos, 1/5 dos associados quites;

§ 3º - A Assembleia Geral será convocada em caráter extraordinário:

I – Pela Diretoria Executiva, nos seguintes casos:

- a) a cada 3 (três) anos, para a eleição dos seus membros e do Conselho Fiscal;
- b) para a reforma do presente Estatuto;
- c) para tratar da destituição dos administradores e membros do Conselho Fiscal;
- d) nos casos de alienação, doação ou transferência de bem patrimonial.
- e) de ofício, nos casos de recursos.

6

§ 4º - As deliberações da Diretoria Executiva sobre convocações de assembleia geral serão sempre tomadas, com a presença da maioria simples dos seus membros.

Art. 16 – As deliberações da Assembleia Geral, nos casos do inciso I, alíneas “b” e “c”, do § 3º do artigo anterior, deverão contar, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Associados quites, e em segunda convocação, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos Associados quites, devendo a aprovação da matéria contar com a decisão de 2/3 (dois terços) dos presentes.

§ 1º - Os Associados quites que comparecerem às Assembleias Gerais convocadas, deverão apresentar identificação funcional e a cédula de identidade e assinarão a lista de presença, para poderem participar das deliberações.

§ 2º - As deliberações para revisão do percentual da mensalidade a que se refere o art. 6º, deverão contar com a aprovação de no mínimo um quinto do quadro de Associados quites.

§ 3º - As demais deliberações da Assembleia Geral deverão contar com a presença de metade mais um dos Associados, em primeira convocação e com qualquer número, em segunda convocação, devendo a aprovação da matéria contar com a decisão da maioria simples dos Associados regularmente presentes.

§ 4º - As listas de presença das Assembleias Gerais deverão ter a rubrica do presidente



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

e do secretário da Assembleia.

§ 5º - As listas de presença das Assembleias Gerais, quando não preenchidas totalmente e esgotado o horário de comparecimento, terão as demais linhas inutilizadas e rubricadas ao lado de cada linha em branco, pelo presidente da Assembleia Geral.

Art. 17 – A convocação da Assembleia Geral será por edital publicado nos meios eletrônicos e de informática possíveis, afixado nas sedes dos órgãos e seções do Judiciário Federal, e deverá obedecer a uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 1º - As convocações, primeira e segunda, poderão ser feitas de uma só vez, para o mesmo dia, com intervalo mínimo de quinze minutos, entre uma e outra, devendo constar do Edital, um resumo específico da pauta.

§ 2º - A Assembleia Geral será aberta e dirigida por ao menos 2 (dois) Coordenadores Gerais ou, na falta destes, por um dos Subscritores do Edital de Convocação ou, ainda, na falta destes, por qualquer Associado eleito pela maioria dos presentes, o qual, após a leitura do Edital, indicará 1 (um) Associado entre os presentes ou 1 (um) prestador de serviço da entidade, para secretariar os trabalhos, que deverão ser registrados eletronicamente mediante gravação.

7

Seção II – Da Competência da Assembleia Geral

Art. 18 – Compete à Assembleia Geral:

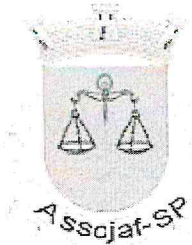
I – Eleger, a cada 3 (três) anos, os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II – Julgar, em reunião extraordinária, em última instância qualquer recurso interposto contra as decisões da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III – Decidir, em reunião extraordinária especialmente convocada para este fim, sobre a dissolução da ASSOJAF-SP, com o quórum de dois terços do quadro de Associados quites e que deverão estar presentes, em primeira convocação e com o quórum da maioria absoluta, em segunda convocação, devendo a decisão, neste último caso, contar com a aprovação de três quartos dos Associados presentes;

IV – Deliberar, em reunião ordinária, sobre o relatório apresentado pelo Conselho Fiscal, relativo às Contas da Diretoria Executiva referentes ao exercício anterior ou outros exercícios, com o quórum da maioria absoluta, em primeira convocação e com qualquer número, em segunda convocação, devendo a aprovação ser com o quórum de maioria simples dos Associados quites presentes;

V – Reformar o presente Estatuto, em reunião extraordinária, com o quórum mínimo da maioria absoluta dos Associados quites em primeira convocação e, em segunda convocação, com pelo menos 1/5 (um quinto) dos Associados quites, devendo a



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

alteração contar com a aprovação de dois terços dos presentes, em qualquer das hipóteses;

VI – Deliberar, em reunião extraordinária, sobre a aquisição, permuta, alienação, doação e oneração dos bens imóveis da ASSOJAF-SP, com o quórum da maioria absoluta, em primeira convocação e com qualquer número, em segunda convocação, devendo a aprovação ser com o quórum da maioria simples dos Associados quites presentes;

VII – Decidir, em reunião extraordinária, sobre a exclusão de Associado ou destituição de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, obedecido o que dispõe o inciso V deste artigo;

VIII – Deliberar, nas mesmas condições do inciso III, sobre a fusão ou incorporação da ASSOJAF-SP a outra entidade familiar;

IX – Deliberar sobre a pauta da reunião, com a aprovação da maioria simples dos presentes;

X – Deliberar sobre relatório apresentado pela Comissão Processante Permanente, nos casos de aplicação de penalidades a Associados;

§ Único – Nas deliberações sobre aplicação de penalidades a Associados, serão obedecidos os seguintes procedimentos:

I – A Comissão Processante Permanente, na pessoa do seu Presidente ou do seu Secretário, procederá à leitura do relatório elaborado, ao final do qual proporá os quesitos a serem votados pela Assembleia Geral;

II – Após a leitura do relatório, terá o Associado processado ou seu representante, um período máximo de 20 (vinte) minutos para exposição das razões da defesa, podendo também propor a inclusão ou exclusão de quesitos a serem deliberados;

III – Após a exposição a que se refere o inciso anterior, a Assembleia Geral decidirá sobre os quesitos a serem votados;

IV – Decididos quais os quesitos a serem votados, a Assembleia Geral decidirá, por maioria simples.

Seção III – Da Diretoria Executiva

Art. 19 – A Diretoria Executiva será eleita pela Assembleia Geral, pelo sistema de chapas, compostas por Associados efetivos quites, com pelo menos 1 (um) ano de filiação, para um mandato de 3 (três) anos, sendo composta pelos seguintes cargos:

I – 3 (três) Coordenadores Gerais;

II – 2 (dois) Coordenadores Financeiros;

III – 1 (um) Coordenador Jurídico;

IV – 1 (um) Coordenador de Relações Institucionais e de Comunicação;

§ 1º - Ficam criados os cargos de Coordenadores Setoriais, que atuarão nas Centrais de



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Mandados da capital e sua região Metropolitana e Coordenadores Regionais que atuarão nas cidades do interior.

§ 2º - Somente poderá ser Coordenador Setorial ou Coordenador Regional, o Associado quite que residir na cidade sede da Coordenadoria Regional ou Setorial, na Capital ou região Metropolitana.

§ 3º - A Diretoria Executiva procederá à escolha dos Coordenadores Setoriais e Regionais a cada 3 (três) anos, preferencialmente entre os meses de fevereiro e março.

Art. 20 – A Diretoria Executiva será empossada, após a apuração e proclamado o resultado, por uma comissão eleitoral.

§ 1º - A Diretoria Executiva se reunirá uma vez por mês, preferencialmente na última semana.

§ 2º - A Diretoria Executiva se reunirá extraordinariamente quando convocada pela maioria de seus membros, ou, ainda, por requerimento de pelo menos dez por cento dos associados quites.

§ 3º - Perderá o mandato o Diretor que faltar, sem motivo justo e comprovado, a três reuniões seguidas ou a cinco reuniões, no período de seis meses.

§ 4º - Nas hipóteses de demissão, renúncia ou falecimento de qualquer membro titular da Diretoria, será convocada de ofício, extraordinariamente, a Assembleia Geral para a eleição do cargo vago, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 5º - As convocações ordinárias e extraordinárias da Diretoria poderão ser através de carta registrada, sedex, fax, correio eletrônico e edital, este último afixado nas dependências dos órgãos onde estiverem lotados cada um dos seus membros.

Art. 21 – A ASSOJAF-SP será representada legalmente por dois Coordenadores Gerais em conjunto.

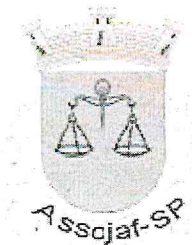
§ 1º - No caso de impedimento de todos os Coordenadores Gerais, a representação será feita pelo Coordenador Jurídico, em conjunto com mais 2 (dois) Coordenadores;

§ 2º - No caso de impedimento de dois dos Coordenadores Gerais, a representação será feita pelo Coordenador Geral remanescente e pelo Coordenador Jurídico;

§ 3º - Nas hipóteses do art. 20, § 4º e do art. 21 § § 3º e 4º, a eleição se dará pelo voto direto dos presentes ou por aclamação, em caso de um candidato apenas por cargo, sendo eleito aquele que receber o maior número de votos dos presentes. O desempate será nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Nas hipóteses do § 3º, a Assembleia Geral Extraordinária deverá contar com o mínimo da maioria absoluta do quadro de Associados quites em primeira convocação e, com qualquer número em segunda convocação.

9



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo / SP
Microfilme N. 171.806

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Art. 22 – Compete à Diretoria Executiva:

- I – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- II – Promover a arrecadação da contribuição dos Associados, das subvenções ou rendas de qualquer natureza;
- III – Julgar os casos omissos neste Estatuto, “AD REFERENDUM” da Assembleia Geral, bem como aplicar as penalidades de advertência e suspensão aos Associados faltosos;
- IV - Apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do presente Estatuto;
- V – Convocar a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, sempre que necessário e nos termos deste Estatuto;
- VI – Praticar todos os atos de livre gestão, inclusive celebrar convênios;
- VII – Fixar o número de funcionários e a respectiva remuneração;
- VIII – Celebrar contratos com empresas de divulgação e com empresas especializadas em sítios eletrônicos;
- IX – Decidir sobre a aquisição e alienação de bens móveis e equipamentos de informática, cujo valor não ultrapasse a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), valor esse que será reajustado anualmente pela variação do IGPM no período do exercício anterior, ou outro índice que venha substituí-lo.
- X – Designar comissões, grupos de trabalho, entre os próprios membros da Diretoria ou Associados, para estudos e propostas de soluções para assuntos de interesse da categoria;
- XI – Apreciar os balancetes mensais apresentados pelos Coordenadores de Finanças;
- XII – Apresentar ao Conselho Fiscal, a fim de que este elabore parecer, o orçamento para o exercício seguinte;
- XIII – Aprovar ou negar inscrição de Associado, fundamentando a decisão no último caso;
- XIV – Convocar Assembleia Geral por meio de 2 (dois) Coordenadores Gerais ou 1 (um) Coordenador Geral e 1 (um) Coordenador específico para eleição da comissão que presidirá o processo eleitoral, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da convocação da Assembleia Geral para a realização da eleição.

10

Art. 23 – A Diretoria Executiva deliberará somente com a presença da maioria simples dos seus membros, devendo ser sempre elaborada uma ata detalhada de cada reunião e as decisões serão tomadas pela maioria dos seus membros presentes, anotando-se os nomes dos Diretores ausentes.

§ 1º - Os Coordenadores Setoriais ou Regionais presentes nas reuniões da Diretoria Executiva, completarão o quórum mínimo exigido no caput, no máximo de dois, no caso da ausência de Coordenadores.



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

§ 2º - A escolha, dos Coordenadores Setoriais ou Regionais se dará pelo critério de desempate eleitoral, estabelecido neste Estatuto.

§ 3º - Em caso de empate nas votações da Diretoria Executiva, a matéria será transferida pra deliberação na reunião seguinte do Colegiado. Persistindo o empate em três reuniões, a matéria será submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Seção IV – Da Competência dos membros da Diretoria Executiva

Art. 24 – Compete aos Coordenadores Gerais:

I – Presidirem as reuniões da Diretoria Executiva, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto;

II – Administrarem, juntamente com os demais Diretores o patrimônio, os funcionários e as atividades da ASSOJAF-SP;

III – Representarem legalmente a ASSOJAF-SP perante autoridades públicas e entidades privadas, judicial e extrajudicialmente, em todos os atos pertinentes às suas atividades, sempre em conjunto de dois, ou com outro coordenado, nos termos deste Estatuto;

V – Promoverem, após deliberação da Diretoria Executiva, reuniões, congressos, seminários, conferências, encontros, palestras, cursos de aperfeiçoamento, que se relacionem com as finalidades da ASSOJAF-SP;

VI – Delegarem tarefas aos demais membros da Diretoria Executiva;

VII – Admitirem e demitirem funcionários, após deliberação da Diretoria Executiva;

VIII – Designarem grupo de Diretores ou de Associados para compor comissões, com o encargo de executar tarefas de interesse e pertinentes às atividades da ASSOJAF-SP;

IX – Autorizarem as despesas previstas no orçamento e as deliberações pela Diretoria Executiva.

X – Administrarem, juntamente com um dos coordenadores financeiros, a movimentação financeira da ASSOJAF-SP, assinando cheques em conjunto com aquele;

XI – Acatarem e cumprirem as decisões da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva.

XII – Executarem, em regime de rodízio, as seguintes tarefas:

- a) Organizar e manter atualizado o cadastro dos associados e seus dependentes;
- b) Dirigir e coordenar os serviços de secretaria da ASSOJAF-SP;
- c) Lavrar e ler as atas das reuniões da Diretoria;
- d) Administrar o material de escritório da ASSOJAF-SP;
- e) Ter sob sua guarda, os livros e atas das reuniões da Diretoria Executiva.

Art. 25 – Compete ao Coordenador Jurídico:

I – Assessorar a Diretoria Executiva nos atos de gestão;

II – Votar nas reuniões da Diretoria Executiva;



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

- III – Dar parecer sobre proposta de alteração do Estatuto e outros assuntos de interesse geral;
- IV – Executar as tarefas designadas pela Diretoria Executiva;
- V – Propor à Diretoria Executiva, a contratação de advogado para assessorar juridicamente a ASSOJAF-SP;
- VI – Votar nas reuniões da Diretoria Executiva;
- VII – Substituir, nas ausências e nos impedimentos, um dos Coordenadores Gerais, nos termos deste Estatuto.

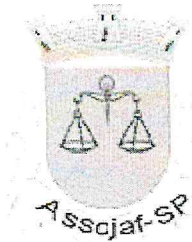
Art. 26 – Compete aos Coordenadores de Finanças:

- I – Administrar, qualquer um dos Coordenadores de Finanças, sob a fiscalização de um dos Coordenadores Gerais, a movimentação financeira da ASSOJA-SP, assinando cheques individual ou conjuntamente;
- II – É possível que os coordenadores de finanças administrem a movimentação financeira por meios eletrônicos, exclusivamente para pagamento de despesas da Associação, sempre com os respectivos comprovantes e notas fiscais;
- III – Manter sob controle, a arrecadação das contribuições mensais dos Associados, donativos e subvenções;
- IV – Votar nas reuniões da Diretoria Executiva;
- V – Apresentar à Diretoria Executiva, semestralmente balancete da movimentação financeira da ASSOJAF-SP, elaborado por profissional devidamente habilitado;
- VI – Propor à Diretoria, a contratação ou dispensa de profissional do ramo de contabilidade, devidamente habilitado;
- VII – Propor à Diretoria Executiva, formas de arrecadação das contribuições, donativos e subvenções;
- VIII – Apresentar, até o mês de março do ano seguinte, à Diretoria Executiva, o balanço anual referente ao exercício anterior, elaborado por profissional devidamente habilitado;
- IX – Apresentar à Diretoria Executiva, semestralmente, a relação de despesas fixas da ASSOJAF-SP e a previsão de despesas variáveis;
- X – Elaborar, para apreciação de deliberação da Diretoria Executiva, o orçamento anual da receita e da despesa para o período de março a março, a ser submetido ao Conselho Fiscal;
- XI – Substituir, nas hipóteses previstas neste Estatuto, um dos Coordenadores gerais;
- XII – Executar as tarefas designadas pela Diretoria Executiva.

12

Art. 27 – Compete ao Coordenador de Relações Institucionais e de Comunicação:

- I – Propor à Diretoria Executiva, a realização de eventos de natureza cultural, social,



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

esportiva e de lazer;

II – Votar nas reuniões da Diretoria Executiva;

III – Executar as tarefas designadas pelos Coordenadores Gerais;

IV – Elaborar e propor à Diretoria Executiva, um cronograma anual de eventos a serem promovidos pela ASSOJAF-SP ou em parceria ou em convênio com outras entidades ou órgãos públicos ou privados;

V – Representar, quando autorizado, a Diretoria Executiva da ASSOJAF-SP, em eventos públicos relacionados com as atividades e finalidades da ASSOJAF-SP;

VI – Divulgar todas as informações institucionais no site da ASSOJAF-SP na internet e/ou em outros meios de comunicação disponíveis;

VII – Propor à Diretoria, a contratação ou dispensa de profissional ou empresa especializada para a manutenção do site da ASSOJAF-SP.

VIII – Supervisionar e coordenar a realização dos eventos autorizados pela Diretoria Executiva, em conjunto com um dos Coordenadores Gerais;

Art. 28 – Compete aos Coordenadores Setoriais e Regionais:

I – Proceder às campanhas de filiação junto à área de atuação;

II – Servir de canal de comunicação entre a Diretoria Executiva e a categoria, na área de sua região ou setor;

III – Receber e encaminhar propostas de filiação à ASSOJAF-SP;

IV – Propor à Diretoria Executiva, atividades de caráter esportivo, cultural e de lazer, na sua região ou setor;

V – Representar a Diretoria Executiva, quando autorizados, perante os órgãos situados em suas região ou setor;

VI – Receber e encaminhar à Diretoria Executiva, propostas, sugestões, reclamações, reivindicações dos Associados lotados nos órgãos situados em sua região ou setor;

VII – Acompanhar e assessorar o Presidente, nos eventos e solenidades na sua região ou setor;

VIII – Participar das reuniões da Diretoria Executiva, nos termos deste Estatuto.

Seção V – do Conselho Fiscal

Art. 29 – O Conselho Fiscal é composto de 2(dois) membros titulares e 1 (um) membro suplente, eleitos com o mandato de três anos, sendo escolhido entre os membros titulares, o Presidente e o Secretário, por ocasião de sua eleição.

§ 1º - As decisões do Conselho Fiscal deverão ser tomadas pela maioria simples dos membros presentes, devendo estar presentes, pelo menos dois membros efetivos ou suplentes que estejam substituindo.

§ 2º - O Conselho Fiscal se reunirá, em caráter ordinário, a cada três meses, para



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

analisar os balancetes trimestrais apresentados por um dos Coordenadores de Finanças.

§ 3º - O Conselho Fiscal se reunirá, em caráter ordinário, anualmente, nos primeiros três meses de cada ano, para analisar e apresentar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva do exercício anterior, que será submetido à deliberação da Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Perderá o cargo de membro titular ou de suplente, quando convocado, o Conselheiro que faltar, sem motivo justificado, a três reuniões consecutivas do Conselho Fiscal, ordinárias ou extraordinárias ou a cinco, alternadas, durante o período de um ano.

§ 5º - O Conselho Fiscal será convocado, em caráter ordinário ou extraordinário, pelo Presidente ou, na recusa ou impedimento deste, por pelo menos dois de seus Conselheiros ou, ainda por convocação do Presidente da Diretoria Executiva.

§ 6º - Após a convocação, que deverá ter a antecedência de no mínimo quinze dias, o membro titular terá até cinco dias, após a convocação, para comunicar impedimento de comparecimento.

§ 7º - Em caso de impedimento, devidamente comunicado ou ausência, justificada ou não, o Presidente do Conselho convocará qualquer dos suplentes para substituir o ausente, em caráter de urgência.

Art. 30 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I – Analisar e emitir parecer sobre o balanço contábil anual do exercício anterior da ASSOJAF-SP, e apresenta-lo à Assembleia Geral Ordinária;
- II – Analisar, a cada dois meses, o balancete contábil mensal da ASSOJAF-SP;
- III – Convocar o profissional contábil encarregado da contabilidade da ASSOJAF-SP, em suas reuniões, para prestar esclarecimentos e assessoria ao Conselho;
- IV – Sugerir à Diretoria Executiva, a adoção de práticas de controle contábil nas movimentações financeiras, pagamentos e recebimentos de numerário;
- V – Analisar e encaminhar à Diretoria Executiva ou à Assembleia Geral, denúncias apresentadas por qualquer Associado ou membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Capítulo VII – Das Eleições

Art. 31 - As eleições para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal, serão pelo sistema majoritário, com a apresentação de chapas separadas para cada órgão, que se submeterão ao escrutínio direto e secreto dos Associados quites, nos termos deste Estatuto.

§ 1º - 30 (Trinta) dias antes da convocação da Assembleia Geral para a eleição da



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, será convocada a Assembleia Geral para a eleição dos membros da comissão eleitoral, que será composta de 2 (dois) membros titulares e 1 (um) membro suplente.

§ 2º - A comissão eleita será empossada no ato de eleição durante a Assembleia, dando-se a eleição do Presidente, do Secretário e do suplente, na mesma ocasião.

§ 3º - A Comissão Eleitoral presidirá o pleito nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Cabe à Comissão Eleitoral:

- A) Encaminhar à Diretoria Executiva edital das eleições para divulgação;
- B) Estabelecer prazos para registro de chapas e
- C) Orientar os candidatos;
- D) Julgar os recursos apresentados e encaminhá-lo, se for o caso, de ofício, à Assembleia Geral.

§ 5º - Constará necessariamente nos editais da convocação, endereços eletrônicos e telefones de cada membro para eventual contato;

§ 6º - Nas chapas constarão os nomes completos de todos os candidatos, respectivos cargos eletivos, bem como a indicação da lotação ou se aposentado;

§ 7º - A Comissão Eleitoral divulgará em todos os locais de trabalho da categoria e no site da ASSOJAF-SP, após vencido o prazo para registro, constante do edital de publicação, a relação de todas as chapas concorrentes, à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;

§ 8º - O prazo para impugnação de quaisquer dos componentes das chapas concorrentes, à Comissão Eleitoral é de 3 (três) dias úteis, a contar da data estabelecida no edital de convocação;

§ 9º - A Comissão Eleitoral terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para julgar as impugnações, contado a partir do vencimento do prazo a que se refere o parágrafo anterior;

§ 10 - Julgada procedente a impugnação, a chapa impugnada será notificada para, em 48 horas, proceder às eventuais substituições, sob pena de ser considerada desistente

Art. 32 – A eleição será realizada no período das 09 às 18 horas, nas datas e locais determinados no Edital de convocação.

§ 1º - É vedado o voto por procuração e correspondência.

§ 2º - As votações poderão ser feitas por processo eletrônico ou manual, cabendo à Diretoria Executiva definir a modalidade, em face da matéria submetida à votação.

§ 3º - A Comissão Eleitoral convocará o membro suplente para supervisionar o processo de votação nos termos do Edital.

§ 4º - As urnas serão lacradas no final do período estipulado e levadas à Sede da



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

ASSOJAF-SP pelos respectivos responsáveis;

§ 5º - A abertura das urnas e apuração se dará no primeiro dia útil seguinte ao da eleição, na sede da ASSOJAF-SP, pela Comissão Eleitoral, na presença dos Associados e representantes das chapas, limitado o número de representantes a três para cada chapa.

§ 6º - O desempate se dará entre os candidatos ao cargo de Presidente de cada chapa nos seguintes termos:

I – O associado mais antigo;

II – O associado mais idoso;

III – O associado mais antigo no cargo de Oficial de Justiça Avaliador Federal;

IV – O associado mais antigo no serviço Público Federal;

V – O associado mais antigo no serviço público.

§ 7º - As chapas para a eleição da Diretoria Executiva do Conselho Fiscal conterão os nomes dos membros titulares e, no caso do Conselho Fiscal, dos dois membros suplentes. Em caso de mais de uma chapa, a numeração será determinada pela ordem em que forem registradas as chapas perante a Comissão Eleitoral;

§ 8º - Os critérios de desempate constantes do § 6º serão aplicados em qualquer caso de empate entre Associados, fora do processo eleitoral.

Art. 33 – Após a apuração e declaração do resultado final, será aberto o prazo para eventuais impugnações, que serão julgadas pela Comissão Eleitoral.

§ 1º - Os recursos contra as decisões da Comissão Eleitoral serão encaminhados obrigatoriamente à Assembleia Geral, que será convocada para esta finalidade em até 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º - A Assembleia Geral decidirá por maioria simples dos Associados quites presentes, sobre todas as controvérsias e recursos do processo eleitoral.

§ 3º - Após a proclamação do resultado final, pela Comissão Eleitoral e decidido todos os recursos, será lavrada a Ata da Assembleia, que será assinada pelo Presidente da Comissão Eleitoral e por 2 (dois) Coordenadores.

§ 4º - À Ata da Assembleia Geral deverá ser juntada a respectiva lista de presença dos Associados participantes.

Capítulo VIII – Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 34 – A dissolução da ASSOJAF-SP será decidida em Assembleia Geral extraordinária, convocada expressamente para este fim, nos termos deste Estatuto.

§ único - Em caso de dissolução da ASSOJAF-SP, o seu patrimônio terá destinação conforme decisão da maioria dos associados em assembleia, nos termos deste Estatuto.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
VILA PRUDENTE 26º SUB
 Rua do Orfanato, 340 - PABX: (11) 2271-3300 - Fax: (11) 2271-3306 - E-mail: vilaprudente@registrocivil.com.br

Reconheço por semelhança a firma de: (1) ESTER VALZINA DE PAULA, em documento
 sem valor econômico, deu fe.
 São Paulo, 18 de maio de 2018. Da Testemunha da verdade.
 Cod. 120526811421000007344-0014311: Total R\$ 340
 Selo(s): 1 Ato: 10/548-000935
 SIDNEY PRIZMO KIMURA Escrevente

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS - SÃO PAULO - SP
 VILA PRUDENTE
 SIDNEY PRIZMO KIMURA Escrevente

Registro Notarial do Brasil
 122747
FIRMA 1
 1075-AB-0009035



6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
 Radislaw Lamotta - Oficial

Protocolado e prenotado sob o n. **189.122** em
25/04/2018 e registrado, hoje, em microfilme
 sob o n. **171.806**, em pessoa jurídica.
 Averbado à margem do registro n. **7120**
 São Paulo, 24 de maio de 2018

Emol.	R\$ 205,12
Estado	R\$ 58,24
Ipesp	R\$ 39,98
R. Civil	R\$ 10,76
T. Justiça	R\$ 14,05
M. Público	R\$ 9,89
Iss	R\$ 4,30
Total	R\$ 342,34

Selos e taxas
 Recolhidos p/verba

Radislaw Lamotta - Oficial
 Edson Aparecido da Silva - Escrevente Autorizado

CARTÓRIO DO 16º TABELIAO DE NOTAS
 SÃO PAULO - SP
 Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001
 Fabric Tadeu Bisognin - Tabelião

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)
 GEANYZ MAZZEI NURIE (240100)
 São Paulo, 22 de maio de 2018
 EM TEST _____ DA VERDADE.

COD. 458. 54304053350100544/4580533254
 VALOR SOMENTE DO SELO DE AUTENTICIDADE
 FIRMA DE R\$ 6,00 ** TOTAL R\$ 6,00
 DT: 21/05/18 zaffalon 11:25:46

REGISTRO DE NOTAS
 1075-AB-0264551
 FIRMADA
 O. CAPITAL



**ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA
AVALIADORES FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO**

A CASA DO OFICIAL DE JUSTIÇA

Art. 35 – É proibida a participação de candidatos na Comissão Eleitoral.

Art. 36 – O exercício financeiro e fiscal da ASSOJAF-SP coincidirá com o do ano civil.

Art. 37 – Toda a documentação da ASSOJAF-SP será preservada, na forma de lei.

Art. 38 – A ASSOJAF-SP poderá filiar-se ou manter intercâmbio com associações, federações e confederações congêneres, nacionais e estrangeiras, por decisão de Assembleia Geral, observado o mesmo quórum para deliberação do “caput” do art. 16.

Art. 39 – Os membros da Diretoria Executiva não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela ASSOJAF-SP, exceto se agirem com dolo no exercício do mandato.

Art. 40 – A ASSOJAF-SP responde pelos atos da Diretoria Executiva, quando exercidos dentro dos limites estabelecidos na lei e neste Estatuto.

17

Art. 41 – Fica vedada a Filiação e participação de Oficiais de Justiça Avaliadores “AD HOC” na ASSOJAF-SP.

Art. 42 – A assistência judicial, de que trata o art. 8º, inciso VII, será prestada dentro das possibilidades financeiras da ASSOJAF-SP, por decisão da Diretoria Executiva, tomada pela maioria de seus membros.

Art. 43 – As eleições dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, a serem realizadas no exercício de 2013, obedecerão às normas contidas neste Estatuto.

Art. 44 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 03 de outubro de 2016.


Ester Nogueira de Faria
Presidente




Beatriz Mazzei Nubié
Secretária

Visto da Advogada: 
ELIANA RENNO VILLELA – OAB/SP N° 148.387

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
VILA PRUDENTE 26º SUB
 Rua do Orfanato, 340 - PABX: (11) 2271-3300 - Fax: (11) 2271-3306 - E-mail: vilaprudente@registrocivil.com.br

Reconheço por semelhança a firma de: **ESTER ALEIXIRA DE FARIAS**, documento
 sem valor econômico, datado de
 São Paulo, 18 de maio de 2018. Em instrumento de verdade.
 Cod. [2025269114210600007364-001431]-Total R\$ 342,34
 Selos e taxas: 1 Adm 12738-0007035
 SYDNEY PINAK JUNIOR - Escrevente

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
 VILA PRUDENTE 26º SUB
 SYDNEY PINAK JUNIOR - Escrevente

Registro Notarial do Brasil
 122747
FIRMA 1
 1075AB0009035



6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
 Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.314/0001-70
 Radislau Lamotta - Oficial

Emol.	R\$ 205,12	Protocolado e prenotado sob o n. 189.122 em
Estado	R\$ 58,24	25/04/2018 e registrado, hoje, em microfilme
Ipesp	R\$ 39,98	sob o n. 171.806 , em pessoa jurídica.
R. Civil	R\$ 10,76	Averbado à margem do registro n. 7120
T. Justiça	R\$ 14,05	São Paulo, 24 de maio de 2018
M. Público	R\$ 9,89	
Iss	R\$ 4,30	

Total R\$ 342,34

Selos e taxas
 Recolhidos p/verba

Radislau Lamotta - Oficial
 Edson Aparecido da Silva - Escrevente Autorizado

CANTORIO DO 14º TABELIAO DE NOTAS
 SÃO PAULO - SP
 Rua Augusta, 1638/1642 Cep: 01304-001
 Fabric Tadeu Bisognin - Tabelião

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S)
 BEATRIZ HATZEL NUBLE(S40100)
 São Paulo, 22 de maio de 2018
 EM TEST. DA VERDADE.

000.826.500485350/0005649505353254
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
 FIRMA R\$ 6,00 ** TOTAL R\$ 6,00
 DIGIT: zaffalon 11:25:46

